



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/ LICENÇA AMBIENTAL
DE INSTALAÇÃO**

Nº 35/2024



A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 84.917/2024 e Parecer Técnico nº 64/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: CLH 11 EMPREENDIMENTOS SPE LTDA.
Endereço: Rua Noruega, nº 111, Sala 01, Nações
CEP: 88.338-195 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 53.174.497/0001-20

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 71.11.07 - Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)
Empreendimento: Edifício de Uso Misto Vila do Mar
Porte: Pequeno
Potencial Poluidor Geral: Médio

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua 1041, S/N, Centro
DIC: 190777
CEP: 88330-760 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 734343.08 – (Y): 7013292.70

4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional, autoriza a instalação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5.1. Nome do Empreendimento: Edifício de Uso Misto Vila do Mar
5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-I-C
5.3. Matrículas da Propriedade: nº 124.200, 500.82, 1914 e 1916
5.4. Descrição: 01 (um) bloco, composto por 25 (vinte e cinco) unidades habitacionais e 04 (quatro) salas comerciais
5.5. Área a Edificar: 7.755,79 m²
5.6. Necessidade de Supressão Vegetal: Sim. Protocolo nº 103.228/2024.
5.7. Efluentes Sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto
5.8. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do municípios
5.9. Abastecimento de Água: Atendido pela empresa de saneamento municipal

6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

6.1. RRT nº 13816781 (CAU-BR)

Responsável técnico: Paulo Eduardo Mayer
Elaboração: Projeto Arquitetônico.

6.2. RRT nº 14411088 (CAU-BR)

Responsável técnico: Marcos Marques Duarte
Elaboração: Projeto de Instalações Hidrossanitárias Prediais; Projeto de Instalações Prediais de Águas Pluviais; Projeto de Instalações Prediais de Prevenção e Combate a Incêndio; Projeto de Sistemas Prediais de Proteção Contra Incêndios e Catástrofes.

6.3. ART nº 9467064-5 (CREA-SC)

Responsável técnico: Luiz Crespi Neto
Elaboração: Relatório Ambiental Prévio (RAP); Planos e Programas Ambientais.

6.4. ART nº 9585148-0 (CREA-SC)

Responsável técnica: Simone Marschner Franke

7. CONTROLES AMBIENTAIS

7.1. Programa de Conscientização dos Colaboradores

7.1.1. Será efetivada a capacitação periódica dos operários que trabalharão na construção, mediante reuniões/palestras e ações participativas.

7.1.2. Os tópicos abordados serão: apresentação da empresa, colaboradores e profissional responsável pela execução do PGRCC; objetivos do PGRCC; agentes envolvidos (Gerador, Transportador e Destinador Final); classes dos Resíduos da Construção Civil; como será realizado o gerenciamento interno e externo.

7.2. Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

Os resíduos serão geridos em conformidade com o que preconiza as Resoluções CONAMA 307/2002; 348/2004 e 431/2011. Para tanto, o empreendedor possui contrato com empresas devidamente licenciadas, responsáveis pela coleta e disposição final dos resíduos gerados na fase de instalação do edifício. Os resíduos comuns serão encaminhados à empresa AMBIENTAL (responsável pela coleta municipal) e os recicláveis à Coleta Seletiva, posteriormente destinados ao Centro de Valoração de Materiais (CVM).

7.3. Plano de Monitoramento de Pressão Sonora

7.3.1 Será realizado monitoramento de pressão sonora em três pontos alocados ao entorno do empreendimento, em frequência mínima de avaliação semestral. Caso detecte-se níveis de ruído superiores aos parâmetros estabelecidos pela NBR 10.151, o gerador de ruído será imediatamente desligado, e a manutenção necessária no equipamento em operação será executada.

7.3.2. O empreendimento deve respeitar os horários permitidos para as obras, de acordo com a legislação municipal.

7.4. Programa de Arborização Urbana

7.4.1. O projeto apresentado contempla 05 (cinco) indivíduos arbóreos das espécies *Allophylus edulis* (Vacum); *Eugenia uniflora* (Pitanga); *Handroanthus albus* (Ipê-amarelo); *Inga vera* (Ingá); *Jacaranda micrantha* (Caroba).

7.4.2 O plantio deverá ser realizado nos locais apresentados em mapa georreferenciamento no projeto aprovado.

7.4.3. A empresa será responsável pelo plantio e manutenção das mudas, incluindo podas, irrigações, adubação e monitoramento de pragas.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.

8.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

8.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

8.4. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

9. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

9.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO, durante o período de vigência da LAP/LAI.

9.2. A Licença Ambiental viabiliza a localização, concepção e instalação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

9.3. O empreendedor é responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia desta no local durante a instalação da atividade, sendo imprescindível que todos os profissionais envolvidos tenham conhecimento do exposto neste documento.

9.4. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados (poeiras e gases), adotando-se medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.

9.5. Áreas de bota-fora, fora da área do empreendimento, deverão ser licenciadas.

9.6. O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) deverá ser mantido com acompanhamento de responsável técnico durante toda a validade da Licença Ambiental, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

9.7. Os resíduos da construção civil gerados durante a implantação do empreendimento deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, com a correta segregação, acondicionamento e destinação.

9.8. Deverão ser implantados locais específicos de separação dos resíduos gerados durante todas as fases da obra de implantação, até sua destinação final, conforme NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT.

9.9. Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação.

9.10. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

9.11. Todos os efluentes provenientes da lavagem e manutenção de máquinas e equipamentos deverão ter como destino uma caixa separadora, para o devido tratamento em sistema específico no canteiro de obras.

9.12. A lavagem de materiais contaminados, como pincel e latas de tintas não secas, deverá ser realizada em tanques isolados, devendo seus resíduos (sólidos e líquidos) serem, posteriormente, destinados a empresas licenciadas.

9.13. Deverão ser atendidos os limites de nível de pressão sonora estabelecidos pela Norma Brasileira (NBR) 10.151, com monitoramento, no mínimo, semestral.

9.14. Efetuar a manutenção preventiva e corretiva permanente das máquinas e equipamentos em operação na obra, sobretudo considerando a geração de ruídos, gases e odores, e as condições de segurança operacional.

9.15. As áreas destinadas ao manuseio de materiais perigosos devem possuir pisos impermeáveis e resistentes, de forma a assegurar a não contaminação do solo na área de influência do empreendimento.

9.16. É de responsabilidade do requerente qualquer dano ambiental que ocorra em razão da implantação do empreendimento.

9.17. Deve-se executar os Projetos, Planos e Programas, conforme aprovados no processo de licenciamento ambiental.

9.18. Qualquer alteração nas especificações dos projetos e/ou informações apresentadas deve ser precedida de anuência da SEMAM.

9.19. O empreendedor deve comunicar imediatamente à SEMAM em caso de acidentes ou outros eventos que possam implicar em danos ambientais ou cujo conhecimento possa ser do interesse dessa Instituição, informando as medidas corretivas adotadas.

9.20. Executar sinalização viária, indicando obras, orientações, riscos e demais aspectos do ordenamento operacional e do tráfego, com objetivos internos e externos.

9.21. Delimitar trecho para passagem de pedestres em caso de interferências nas calçadas.

9.22. Manter as boas condições de acesso, trânsito e limpeza das vias públicas e providenciar a lavagem de pneus de veículos quando estiverem sujos.

9.23. Proteger a carga quando do transporte de terra ou material resultante da obra por caminhões, a fim de evitar poeira e queda de material na via pública.

9.24. Deverá ser apresentado, anualmente (protocolo até último dia útil do mês de novembro de cada ano), durante toda a fase de implantação, relatório técnico de controle e acompanhamento, comprovando o efetivo cumprimento das condições gerais e específicas da licença e dos projetos e programas ambientais propostos no processo de licenciamento ambiental. Os relatórios deverão conter, no mínimo: i) cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF; ii) cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente da execução das atividades, projetos, planos e programas; iii) cópia da Licença Ambiental de todas as empresas responsáveis pela coleta, transporte e destinação final de todas as classes de resíduos geradas pelo empreendimento; iv) relatório fotográfico do cumprimento das condicionantes; v) outros documentos comprobatórios pertinentes.

9.25. Os Relatórios Anuais, bem como quaisquer documentos referentes a este processo de licenciamento, devem ser encaminhados via Protocolo nº 84.917/2024 do Sistema 1Doc.

9.26. Deverá ser afixada no local da obra, e mantida em boas condições durante toda a fase de implantação do empreendimento, placa alusiva à licença ambiental, contendo minimamente as seguintes informações: Nome/Razão social do empreendedor, CNPJ, atividade, responsável técnico, número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

PRAZO DE VALIDADE

48 (quarenta e oito) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	26	Dezembro	2024
Local	dia	Mês	Ano

 Eduarda Montibeller Schuch
 Secretária de Meio Ambiente
 Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Esta licença não autoriza a operação do empreendimento.

V. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP/LAI.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEMAM sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.